

UMA NOVA PERSPECTIVA SOBRE O PATRIMÓNIO CULTURAL: PRESERVAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS*

*José Amado Mendes***

*Tem-se verificado, nas últimas décadas, uma profunda transformação no conceito tradicional de património cultural. Este, ao democratizar-se, passou a abranger também uma diversificada gama de objectos – que são, simultaneamente, fontes históricas –, inclusive do âmbito do trabalho, do quotidiano e das “coisas banais”. Consequentemente, urge estudar, preservar e reutilizar numerosas estruturas industriais, já desactivadas, mas que apresentam potencialidades para entrarem num novo “ciclo de vida”, continuando ao serviço da comunidade. Torna-se, pois, necessário requalificar certos espaços, urbanos ou rurais, adaptando-os a novas funções, culturais, sociais e/ou económicas. Assim, reforçar-se-á e fomentar-se-á o chamado **turismo cultural**, já importante, em nossos dias, mas que tenderá a desenvolver-se consideravelmente, a médio e longo prazo.*

Palavras-chave: Património cultural, património industrial, requalificação, instalações industriais.

1. INTRODUÇÃO

A sociedade industrial, constituída a partir de finais do século XVIII e que ainda permanece – embora alguns já a comecem a apelidar de

** Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Pólo de Viseu do Centro Regional das Beiras da Universidade Católica Portuguesa; investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS 20).

pós-industrial –, tem vindo a produzir numerosos testemunhos, os quais têm sido diferentemente apreciados ao longo dos tempos. Assim, durante mais de século e meio, ou seja, desde finais de Oitocentos até meados da nossa centúria, dos referidos testemunhos somente dois tipos interessavam: por um lado, aqueles que ainda pudessem ter alguma utilidade, como estruturas susceptíveis de ser reutilizadas ou das quais fosse possível extrair materiais para novas aplicações; por outro, as fontes escritas, ao tempo consideradas não só imprescindíveis como também únicas para se poder elaborar a própria história da indústria.

De acordo com aquele ponto de vista, os vestígios materiais da industrialização eram apenas considerados pragmaticamente, consoante a sua utilidade material. Como subprodutos do desenvolvimento industrial, iam sendo sistematicamente desactivados, esquecidos ou mesmos destruídos, para que não constituíssem obstáculos à nova dinâmica desenvolvimentista, que Schumpeter viria a classificar como “destruição criadora”. Porém, a partir de meados do século XX, não só o património industrial passou a ser revalorizado, como se criou e desenvolveu uma nova ciência histórica – ou, se se preferir, um novo ramo do saber –, chamado Arqueologia Industrial, cujo objecto é, precisamente, o estudo, levantamento e, por vezes, a salvaguarda ou mesmo a reutilização do património industrial.

Esse novo olhar sobre este género de património deveu-se a vários factores que, obviamente, não podem ser aqui analisados com detalhe. Todavia, referirei sumariamente os que julgo terem sido de maior relevância, a saber: aquilo a que podemos chamar a democratização da história e a própria transformação operada na metodologia da investigação histórica, com a “descoberta” das fontes materiais; o alargamento do conceito de património, que passou a incluir as chamadas “coisas banais”, para usar a expressão recentemente vulgarizadas pelo historiador francês, Daniel Roche¹.

2. PATRIMÓNIO CULTURAL: DINÂMICA HISTÓRICA DE UM CONCEITO

A forma como determinada sociedade encara o seu património ou, dito de outra maneira, os seus bens culturais, reflecte muito da respectiva ideologia e mentalidade predominantes. Assim, não surpreende que, com a evolução histórica, o conceito de património, especialmente no que concerne à sua vertente cultural, também tenha vindo a sofrer profundas alterações. Para não remontarmos mais longe, recorde-se a valorização do legado greco-latino pelos humanistas da Renascença, devido à grande admiração que nutriam pela civilização clássica. Contudo, de harmonia com os ideais do

tempo – alguns dos quais prevaleceram ao longo de todo o Antigo Regime, tendo inclusive marcado, indelevelmente, a cultura não só do século XIX como de parte da do século XX –, a noção de património abrangia sobretudo o que dizia respeito aos grupos sociais privilegiados e destacava-se pelas seguintes características: monumentalidade, valor estético (obviamente, em sintonia com os parâmetros da época) e o seu carácter bélico e/ou religioso.

Recorde-se que o apreço pelo muito antigo se encontra presente, por exemplo, num alvará de D. João V – de 20 de Agosto de 1721, que pode ser considerado como uma espécie de cédula de nascimento da referida noção, em Portugal –, através do qual se cometia à Academia Portuguesa da História a tomada de medidas para salvaguarda do mencionado património, estipulando-se ainda: «daqui em diante nenhuma pessoa de qualquer estado, qualidade e condição que seja, [possa] desfazer ou destruir, em todo ou em parte, qualquer edifício que mostre ser daqueles tempos (assim designados Fenícios, Romanos, Godos e Arábios), ainda que esteja arruinado e da mesma sorte as estátuas, mármore e cipos ...»².

No século XIX, com o Liberalismo, o conceito de património começa a sofrer um certo alargamento, como se pode verificar pela posição de Alexandre Herculano que, ao referir-se à questão patrimonial, se exprime do seguinte modo: «importa a arte, as recordações, a memória de nossos pais, a conservação de coisas cuja perda é irremediável, a glória nacional, o passado e o futuro».³

É certo que, apesar do que então se fez em prol do património, predominava «uma visão histórica e arqueológica na interpretação dos monumentos. A sua valorização artística, e sobretudo a sua análise em termos de história da arte continuava por fazer».⁴

Por finais do século XIX, com uma certa valorização das artes tradicionais, alguns autores começaram também a perspectivá-las em termos de património cultural. A esse respeito, não deixa de ser interessante que tenha sido, precisamente a propósito de uma actividade artesanal – os moinhos –, que Francisco de Sousa Viterbo sugeriu que se criasse um novo ramo do saber, para o qual propunha a designação de **arqueologia industrial** que, como é sabido, viria a alcançar um extraordinário sucesso, nas últimas décadas.⁵

Acrescente-se, todavia, que a sugestão do autor português, nessa altura como nas décadas imediatas, não encontrou qualquer eco. Foi necessário esperar pelo pós-II Guerra Mundial para que se começasse a prestar mais atenção a essa parcela importante do património, que é o património industrial. Veremos, em seguida, a que se deveu tal transformação – a qual envolveu aquilo a que poderíamos chamar um certo corte epistemológico, relativamente ao conceito de património cultural – e quais as suas principais consequências.

3. PATRIMÓNIO INDUSTRIAL, NOVA VERTENTE DO PATRIMÓNIO

Após o segundo conflito mundial, paralelamente à urgente necessidade de reconstruir o que tinha sido destruído pelas operações militares, deu-se início a um período de desenvolvimento acelerado – já classificado, por exemplo, no que se refere a Portugal, como os “trinta anos de ouro da economia” –, durante o qual se processou um surto extraordinário no âmbito da construção de infra-estruturas. A dinâmica de crescimento então criada, por um lado, e a falta de sensibilidade, no que toca a certo tipo de monumentos, por outro, induziu a que se destruíssem diversas estruturas de significativo valor, não só histórico e patrimonial como ainda simbólico. Recordo, apenas a título exemplificativo, a demolição dos seguintes monumentos industriais: Palácio Cristal (edificado em 1865, para servir de palco à 1ª Exposição Internacional, realizada na Península Ibérica), no Porto (1951-1952); Euston Station, em Londres (1962); e Les Halles, em Paris (1970).

Entretanto, alguns autores começavam a chamar a atenção para este tipo de património, bem como para as suas potencialidades histórico-culturais e mesmo económicas. Defendiam que aquele não só fazia parte integrante, aliás de pleno direito, do património cultural, como deveria constituir o objecto de uma nova ciência, disciplina ou ramo de saber. Propunham que aquela fosse denominada *arqueologia industrial*, o que, após a hesitação de alguns e as discordâncias de outros, viria a ser internacionalmente aceite. Ao fazê-lo, os referidos autores – de entre os quais é de inteira justiça lembrar os nomes do belga René Évrard (1907-1963) e do inglês Michael Rix (1913-1981) –, embora sem o saberem, nada mais faziam do que seguir e retomar a já referida proposta de Sousa Viterbo. Acrescente-se, porém, que a proposta dos referidos autores aparecia de forma mais elaborada e fundamentada, além de a conjuntura lhes ser então mais favorável do que era ao investigador português, em finais do século passado.

A partir de então, com destaque para os anos 60 e 70, as questões relacionadas com o património industrial e com a arqueologia industrial passam a estar, em diversos países, na ordem do dia. Multiplica-se a literatura sobre as ditas temáticas, criam-se associações dedicadas à salvaguarda do património industrial, quer ao nível regional e nacional, quer ao nível internacional. No que a este diz respeito, merece ser destacada a relevante acção desempenhada pelo TICCIH (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage) que, através dos diversos encontros de investigadores de dezenas de países, tem vindo a contribuir para uma maior divulgação das actividades concernentes ao património industrial e, bem assim, para uma frutuosa troca de experiências, entre especialistas dos diversos continentes.

Mas, pode também acrescentar-se que o património industrial “invadiu” ainda outros sectores, designadamente o turismo, a museologia, a investigação e o próprio ensino. Após a experiência pioneira do Ironbridge Institute, na Grã-Bretanha – que tem vindo a leccionar diversos tipos de cursos, inclusive de pós-graduação, com a colaboração da Universidade de Birmingham –, outras têm sido levadas a cabo, em vários países e diversos graus de ensino. Foram já divulgadas experiências realizadas, por exemplo, em Itália, Espanha e Portugal.⁶

4. O PATRIMÓNIO CULTURAL, HOJE

Como acabámos de expor, embora sucintamente, o conceito de património tem vindo a registar consideráveis alterações. Estas passaram não somente pelo seu extraordinário alargamento, como também pelo facto de ter começado a ocupar uma função de maior relevância e por ter dado origem a uma literatura já abundante, para não falar nas múltiplas discussões a que tem dado origem. Para expressar essa nova realidade, até se tornou necessário inventar um novo conceito, traduzido pelo vocábulo “patrimonialização”. Vejamos como se traduz, a vários níveis, essa atenção redobrada dedicada ao património, especialmente no que concerne ao património cultural.

A importância hoje atribuída ao património tem dado origem a numerosas reflexões, quer em encontros/colóquios, expressamente dedicados ao assunto, quer através de investigações diversas, cujos resultados se encontram patentes em artigos de revistas ou em obras de maior fôlego. Mesmo através de uma análise sumária de alguns dos trabalhos dedicados ao assunto, podem tirar-se deles algumas ilações: a) a componente teórica tem prevalecido sobre os aspectos práticos, susceptíveis de aplicação à realidade em que estamos inseridos; b) a questão do património não se esgota em si mesma, pois com ela estão relacionadas muitas outras, de índole diversa (histórico-cultural, económica e relacionada com o desenvolvimento e com a própria memória). Analisemos apenas alguns exemplos do que se acaba de referir.

Deve-se ao sociólogo francês, Jacques Capdevielle, uma das análises mais interessantes e inovadoras da questão do património. Apesar de a sua perspectiva visar fundamentalmente o património, em geral, e não o património cultural, em particular, algumas das suas conclusões também se relacionam, embora de forma algo indirecta, com este último.

De acordo com o próprio título que atribuiu ao seu livro, *Le fétichisme du patrimoine. Essai sur un fondement de la classe moyenne*, o autor defende a tese segundo a qual “o património é um fundamento unificador da

classe média”.⁷ Tratando-se, embora, de uma teoria discutível, permito-me sublinhar três outros aspectos, mais directamente relacionados com o tema que me propus focar. O primeiro tem a ver com o apego dos Franceses ao património, uma vez que 79% dos inquiridos (1986) se mostravam favoráveis a receber aquele por herança, enquanto só 4% se revelava indiferente. O segundo mostra como o património pode contribuir, de certo modo, para que o indivíduo se liberte da finitude a que, pela sua natureza, está sujeito e se inscreva na perenidade.⁸ Por último, mas não menos relevante, é a conclusão tirada pelo autor, segundo a qual foi nos anos 1930 que se começou a atribuir à palavra património uma acepção mais lata do que a de propriedade, tendo passado a assimilar-se “património económico” e “património cultural”.⁹

Em obras mais recentes sobre a temática – com destaque para o contributo dado pela França, onde têm sido ultimamente publicados vários trabalhos acerca do património –, tem havido a preocupação de evidenciar as múltiplas relações do património com diversas outras vertentes da realidade histórica, sem esquecer a própria história do presente. Alguns dos respectivos títulos são reveladores do que se acaba de afirmar. Assim sucede com os seguintes: *L'alchimie du patrimoine* (1996), *Quand le patrimoine fait vivre les territoires* (1996) e *Patrimoine et société* (1998).¹⁰

Das relações acima mencionadas merecem destaque as que se reportam à identidade e ao desenvolvimento. Acerca da primeira sublinha Jacques Le Goff: «Duas noções, lentamente elaboradas, umas vezes separadas outras em simbiose, no decurso de longos períodos, convergem hoje em dia: a de património e a de identidade». E, referindo-se ao património como “um processo no tempo”, acrescenta: «património e identidade não são realidades frouxas e tranquilas, e ainda bem; são paixões».¹¹

Relativamente ao desenvolvimento, também já foi declarado: «o património é hoje percebido como um meio de desenvolvimento. É frequente a procura de monumentos históricos para restaurar, com a esperança de aqueles atraírem turistas».¹² Como é do conhecimento geral, certas áreas, outrora industrializadas e fortemente desenvolvidas, entraram a certa altura em decadência acentuada. Para saírem de tal situação, foi necessário elaborar projectos de restauro e requalificação de antigas estruturas, nos quais o património desempenhou papel relevante. Entre muitos outros exemplos que se poderiam invocar, recordarei apenas alguns mais conhecidos, como as famosas Docas de Londres, a área do porto de Liverpool e a “Fábrica da Cultura” (Centro Cultural de Pompeia), em São Paulo.

Como facilmente se depreende do exposto, essa nova e tão importante função, hoje exercida pelo património, só se tornou possível devido ao já mencionado alargamento do respectivo conceito. De facto aquele, de modo

muito especial nas últimas duas ou três décadas, passou a abranger: «a arquitectura popular, os objectos e os utensílios quotidianos, os conhecimentos e o saber-fazer, as paisagens modeladas pelas actividades humanas e, igualmente, elementos como os biótipos, os conjuntos florísticos e faunísticos, constituindo o que se chama o património natural».¹³

Escusado será dizer que também a verdadeira explosão museológica, a que temos vindo a assistir nos últimos anos, se deve muito especialmente a essa nova perspectiva sobre o património. Com efeito, aos tradicionais e sempre apreciados museus de Belas-Artes, muitos outros têm vindo a acrescentar-se, para preservar, estudar e divulgar espólios cada vez mais diversificados. Assim, temos hoje: museus da indústria, da ciência e da técnica; do trabalho e de empresa; de sociedade e de sítio; locais e regionais; do traje e da moda; do automóvel e da aviação; do caminho-de-ferro e do carro eléctrico. Em suma: museus e património tiveram que se adaptar à nova sociedade e a este novo mundo, por alguns baptizado de “pós-moderno”.¹⁴

5. PRESERVAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS

Ao aludir, aqui, a instalações industriais, utilizo a expressão em sentido lato, a exemplo do que se faz a propósito de monumentos industriais. Deste modo, ter-se-ão em vista não só antigas instalações fabris, como também infra-estruturas de tipo diverso, a saber: armazéns, mercados – alguns dos quais constituem, como é sabido, belos exemplares da arquitectura do ferro, bem patente, por exemplo, no de Porto Alegre, há pouco restaurado –, estações elevatórias de água, centrais eléctricas, estações ferroviárias, cinemas, teatros, moinhos e outros géneros de oficinas e manufacturas, etc. As referidas instalações constituem, afinal, a parte mais visível do chamado património industrial.

Como já foi sublinhado, «a noção de património industrial foi definida nos anos 70, na sequência da tomada de consciência da sua precariedade por arquitectos, historiadores, economistas e associações de defesa. Diz respeito aos bens imóveis (construções, sítios adaptados e paisagens), às instalações, máquinas e utensílios, assim como ao conjunto dos produtos resultantes da indústria».¹⁵ Tematicamente, o dito conceito aplica-se a todos os tipos de actividade industrial, no sentido mais lato, ou seja, «a todo a infra-estrutura material deixada por uma actividade humana passada».¹⁶

De acordo com o que acabo de expor, fácil se torna concluir que o referido património, em geral, e os edifícios que o integram, em particular, são relativamente abundantes, a despeito de os atentados de que muitos deles

todos os dias são alvo. Por tal motivo, qualquer programa de preservação e requalificação de instalações industriais exige, não só conhecimentos e competência, como muita ponderação e cuidado. Essas exigências devem, aliás, ser tidas em conta nas diversas fases de intervenção, desde a selecção, obviamente fundamentada, dos elementos a preservar, requalificar e reutilizar, até às soluções a adoptar e aos objectivos a atingir.

5.1. As instalações industriais como património: vertentes histórico- -cultural, social e económica

Parte dos edifícios dos últimos séculos inclui-se na categoria daquilo que já foi classificado como “património controverso”¹⁷. Isso deve-se a vários motivos. Por um lado, a uma certa (de)formação, que necessariamente nos condiciona, a qual nos induz a menosprezar aquele tipo de instalações. Além de associadas ao trabalho e à produção industrial, têm ainda “contra si” o facto de serem relativamente recentes, carecendo, assim, da dimensão temporal que nos habituámos a apreciar como critério – por vezes único – de relevância histórica. Por outro, o facto de não estarem, regra geral, ligadas a eventos de índole político-militar e religiosa que, até recentemente, constituíam objectos de estudo por excelência. Isto para já não falar da componente estética, a destoar, sobremaneira, dos gostos mais em voga entre os elementos dos grupos sociais ditos “bem pensantes”. O que se acaba de referir está na origem de numerosos conflitos – quantas vezes devidos a interesses económicos, embora geralmente não confessados –, de que a imprensa faz eco. Apenas a título de exemplo, recordo o caso da Fábrica de Gás (o então chamado Gasómetro), em Lisboa, junto à Torre de Belém, nas décadas de 1930 e 1940, polémica que só veio a terminar com a demolição daquela, por 1950.¹⁸

A justificação para a salvaguarda e eventual reutilização de determinada estrutura industrial deverá alicerçar-se em vários fundamentos e utilizar diversos critérios. A propósito, mantêm-se válidos os seguintes princípios, enunciados já nos inícios do presente século: o valor artístico, o valor histórico e o valor de uso.¹⁹

Quanto ao valor artístico, há que prestar atenção ao evoluir da arquitectura industrial, desde as antigas oficinas e manufacturas às fábricas dos nossos dias. De entre muitos aspectos que poderiam referir-se, recordem-se: a harmonia das pequenas construções, à escala humana, em pedra e/ou madeiras, características do período que precedeu a revolução industrial; os edifícios em tijolo, associados à difusão da energia a vapor, com o próprio aproveitamento estético que se fez daquele material de construção;²⁰ a arquitectura do ferro que, após o extraordinário sucesso

alcançado pelo famoso Crystal Palace, em Londres, aquando da primeira Exposição Universal (1851), viria a marcar, de forma indelével, a arquitectura da segunda metade do século passado e dos inícios do nosso. O ferro associado ao vidro, além da utilidade no que concerne à iluminação natural – janelas, largas aberturas nas paredes, coberturas em “shed”, etc. –, permitiu valorizar significativamente diversos tipos de edificações. Basta pensarmos, por exemplo, em numerosos mercados, estações de caminho-de-ferro, fábricas de gás, estufas (como as conhecidas Estufas Reais, em Bruxelas) e instalações fabris propriamente ditas.

No século XX, por sua vez, a divulgação do betão permitiu uma enorme diversidade de soluções. Nos anos 30 e 40, as estruturas industriais começam a ter lugar nas revistas de arquitectura. Após alguma indiferença, da parte dos arquitectos, nos anos imediatos, nos anos 80 a indústria apela, de novo, à arquitectura. Procura-se, por essa via, valorizar a imagem da empresa, numa altura em que, embora noutro registo, se começa igualmente a prestar atenção acrescida à chamada “cultura de empresa”. Passa então a falar-se de “hotéis industriais”, edifícios colectivos que albergam indústrias não poluentes, ao mesmo tempo que se desenvolvem as indústrias do ambiente.²¹

Do ponto de vista histórico, dever-se-á ter presente que determinada instalação, além de se poder considerar um monumento, é simultaneamente um documento, como bem sublinhou Jacques Le Goff. As instalações industriais são, pois, “objectos portadores de tempo”²². Segundo certos autores, um monumento não vale só, nem fundamentalmente, pelo seu aspecto exterior. Como já foi destacado, «os monumentos têm uma mensagem interna do passado que é necessário transmitir com autenticidade».²³

Assim, independentemente do seu valor estético, as estruturas industriais podem transmitir-nos informações diversas. Com efeito, se nos reportarmos às instalações fabris, verificaremos que a sua escala, volumetria e distribuição do espaço se ficaram a dever não apenas a exigências de carácter tecnológico – nomeadamente às dimensões e ao peso das máquinas –, mas também a estratégias de gestão, com vista a possibilitar um controlo efectivo da mão-de-obra.²⁴

Por seu lado, também alguns componentes específicos das instalações fabris podem fornecer informações, de grande utilidade. A chaminé constitui, a propósito, um bom exemplo. Além de símbolo característicos da industrialização – ou, segundo outros, de “emblema da indústria” –, ela “elucida-nos” sobre: a) a transição da oficina à fábrica; b) a utilização de uma nova forma de energia, o vapor, ao tempo bastante inovadora e indissociavelmente ligada à primeira revolução industrial; c) uma certa prosperidade da empresa; d) mas também aspectos negativos, relacionados

com a poluição. É por tudo isso que, com alguma frequência, nos deparamos com chaminés que foram poupadas à demolição das respectivas fábricas – recordo-me de ter visto uma, ainda há poucos anos, praticamente no centro do Rio de Janeiro –, atestando ainda a presença destas em épocas passadas e, bem assim, parte de um mundo que nós perdemos, para utilizar a conhecida expressão de Peter Laslett.

Estruturas igualmente importantes, como fontes históricas, são as que se referem ao alojamento, de patrões, técnicos e operários. Os bairros operários têm vindo a despertar alguma atenção da parte dos investigadores (historiadores, sociólogos e arquitectos, entre outros). De facto, edificações estandardizadas, muitas vezes de dimensões exíguas, para famílias numerosas e dispendo de condições deficientes, revelam muito do meio ambiente em que habitava parte do operariado.²⁵

Finalmente, no que respeita ao valor de uso, há que ter em vista as necessidades da comunidade e, simultaneamente, procurar que ela adira e colabore nos projectos de preservação e requalificação a desenvolver. O património, visto a esta luz, constitui um capital que é preciso incorporar nas necessidades da vida moderna.²⁶ Não há, obviamente, soluções uniformes ou pré-estabelecidas. Tudo depende do respectivo meio, suas carências e condicionalismos. Assim, as instalações de uma antiga fábrica podem transformar-se em estabelecimento de ensino, museu, galeria de arte ou recinto ginnodesportivo, como podem, igualmente dar origem a um teatro, a uma biblioteca ou arquivo, para não falar num estabelecimento comercial, um café ou um restaurante. Em muitos casos, devido às suas dimensões, poderão ser adaptadas a diversas funções. Todos conhecerão, por certo, aquele restaurante que, em boa hora, foi instalado num belo exemplar da arquitectura do ferro, junto ao mercado em Porto Alegre, no Brasil. Neste, como em muitos casos, o referido património constitui uma atracção muito válida do ponto de vista do património cultural.

A requalificação e reutilização de estruturas industriais não têm, necessariamente, que passar somente por objectivos culturais. Como é sabido, as necessidades e as funções sociais de uma iniciativa são, regra geral, de natureza diversa e não meramente cultural.

5.2. Multiplicidade de soluções e critérios a adoptar

Como se referiu anteriormente, torna-se impossível inventar todas as soluções susceptíveis de levar a cabo, em acções que tenham por finalidade dar futuro ao passado, no que concerne ao património industrial. Por tal motivo, limitar-me-ei a fazer algumas reflexões sobre o assunto, tendo em consideração certas experiências já realizadas em diversos quadrantes.

Em alguns casos, mais do que intervir pontualmente a nível de determinada estrutura, visou-se a requalificação de toda uma área. Assim sucedeu, por exemplo, em espaços onde tiveram lugar exposições internacionais ou universais – as de Sevilha (1992) e Lisboa (1998) estão ainda bem presentes na memória de todos –, bem como em zonas ribeirinhas de várias cidades que, após um divórcio de décadas, se reconciliaram de novo com a água, transformando-se assim profundamente áreas degradadas em espaços comerciais recreativos e de lazer. Além dos casos já referidos acima – Londres e Liverpool –, podiam mencionar-se diversos outros, como Barcelona, Toronto ou Buenos Aires. Trata-se, afinal, das já chamadas “cidades de água” ou “frentes de água”.²⁷ Antigos armazéns portuários, desactivados, instalações de fábricas que deixaram de laborar ou algumas das respectivas chaminés (recordem-se as da fábrica de cerâmica, na Cartuxa, no espaço da Expo’92, Sevilha) têm sido, por vezes, incorporados em novos projectos e revalorizados.

Outra solução tem passado pela revitalização de ex-zonas industriais ou mineiras, através da criação de ecomuseus. Estes, ao incorporarem instalações e tecnologias de vários tipos e de diversas épocas, assim como actividades e processos de trabalho, contribuem significativamente para reforçar a identidade das respectivas comunidades. Não faltam exemplos em França, Inglaterra, Suécia, Alemanha, Espanha, Estados Unidos da América ou Canadá.

Mais frequente é, no entanto, a readaptação de certos edifícios/monumentos industriais. Uma das soluções mais interessantes passa pela ligação das novas funções às tradicionalmente desempenhadas pela respectiva estrutura. Vejamos alguns exemplos: museu ferroviário, numa antiga estação de caminho-de-ferro (Madrid-Espanha e Macinhata do Vouga, distrito de Aveiro-Portugal); museus têxteis, em diversos países (Inglaterra, Espanha, Portugal, etc.); centrais eléctricas transformadas em museus da electricidade (Bélgica e Portugal; recorde, aqui, o Museu da Electricidade, na Central Tejo, em Lisboa e um outro museu, do mesmo género, numa mini-central (Central de Santa Rita, concelho de Fafe, no Minho); Museu da Água Manuel da Maia, em Lisboa, na central elevatória que abasteceu de água a capital portuguesa desde 1880 até aos anos 1950.

Relativamente aos critérios a adoptar, há duas fases que são cruciais: a da selecção dos edifícios/elementos a preservar e reutilizar e a da intervenção propriamente dita. No primeiro caso, além do critério histórico, a que já aludi, interessa igualmente adoptar critérios de ordem técnica, financeira e de adaptação às novas finalidades. Acerca do tipo de intervenção, torna-se necessário equacionar diversas vertentes, designadamente: a natureza e o grau de intervenção, de modo a preservar partes significativas da história da edificação em causa. Por exemplo, não se afigura lícito alterar a volumetria

ou mesmo as fachadas. Já as adaptações interiores se poderão considerar admissíveis ou até imprescindíveis, para que se possa dar resposta a exigências de carácter social. A propósito já foi salientado: «A *requalificação urbana*, enquanto processo de intervenção social e territorial, pressupõe um conjunto de acções integradas numa determinada lógica do desenvolvimento urbano, agindo, assim, ao nível da qualidade e das condições de vida dos diversos grupos sociais – em especial, os que se encontram mais marginalizados da vida social e urbana – numa postura de democraticidade social e de generalizada apropriação individual e colectiva dos espaços em causa».²⁸

Antes de concluir, gostaria de sintetizar algumas das vantagens que poderão advir da salvaguarda e reutilização de estruturas do âmbito do património industrial:

- a) Em termos históricos e culturais, preservamos “pedaços” da memória das populações, reforçando a sua identidade e valorizando a história, tanto a nível nacional como local.
- b) Segundo uma perspectiva social e económica, a solidez, os espaços e a própria localização são factores positivos a ter em consideração.
- c) Por último, a manutenção de instalações integradas em centros urbanos, por vezes em zonas centrais ou mesmo consideradas nobres, contribuirá para impedir que se edifiquem estruturas, em betão, de dimensões excessivas, como não raro se tem verificado.

NOTAS

* O trabalho que ora se publica, anotado e ampliado, foi inicialmente apresentado ao Seminário Internacional “História e Energia”, promovido pela Associação do Património Histórico da Energia, em São Paulo – Brasil (em 02 de Dezembro de 1999).

¹ Daniel Roche, *História das coisas banais. Nascimento do consumo nas sociedades tradicionais (séculos XVII-XIX)* (trad. do francês), Lisboa, Editorial Teorema, 1998.

² Apud José-Augusto França, «O património cultural – sentido e evolução», *O Direito do Património Cultural*, Lisboa, Instituto Nacional de Administração, 1996, p. 25.

³ Cit. por Paulo Oliveira Ramos, «Lisboa, Património e Identidade», *Discursos, Cultura e Sociedade*, III série, nº 1: *Regiões, Identidade* (Universidade Aberta – Centro de Estudos Interdisciplinares), Abril, 1999, p. 231 (Como nas restantes citações, a ortografia foi actualizada).

⁴ Jorge Custódio, «Salvaguarda do Património – Antecedentes históricos», *Dar futuro ao passado*, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa, 1993, p. 48.

⁵ Sousa Viterbo, «Archeologia industrial portuguesa. Os moinhos», *O Archeologo Português*, vol. II, nº 8 e 9, Agosto e Setembro de 1896, p. 194-204.

⁶ De entre outras iniciativas tomadas em Portugal, inclusive ao contemplar-se o património cultural em visitas de estudo organizadas ao nível do Ensino Básico e Secundário, permita-se que refira a leccionação da disciplina de Archeologia Industrial, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, como cadeira de opção, ininterruptamente desde o ano lectivo de 1985-86. Tem sido frequentada por uma média anual de 100 alunos, maioritariamente dos cursos de História, História-variantes em História da Arte e Archeologia e Architectura.

⁷ Jacques Capdevielle, *Le fétichisme du patrimoine. Essai sur un fondement de la classe moyenne*, Paris, Presse de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1986, p. 372.

⁸ J. Capdevielle, *op. cit.*, p. 11 e 314.

⁹ J. Capdevielle, *op. cit.*, p. 252.

¹⁰ Ver as referências completas no final deste trabalho, na respectiva bibliografia.

¹¹ *Patrimoine et passions identitaires, sous la présidence de Jacques Le Goff. Entre-tiens du Patrimoine. Être national de Chaillot. Paris, 6, 7 et 8 janvier 1997*, Paris, Librairie Arthème Fayard/Caisse national des monuments historiques et des sites/Éditions du Patrimoine, p. 9 e 12.

¹² Nicolas Ssimonnet, «Le moment historique et ses publics», Jean-Yves Andrieux, *Patrimoine & Société*, Presse Universitaire de Rennes, 1998, p. 188.

¹³ Jean-Luc Sadorge (dir.), *Quand le patrimoine fait vivre les territoires*, Paris, ed. Do CNFPT, 1996, p. 12.

¹⁴ Ver, a propósito, a interessante obra de Kevin Walsh, *The Representation of the Past. Museums and heritage in the post-modern world*, Londres e Nova Iorque, Routledge, 1997 (rimp.; 1ª ed., 1992).

¹⁵ Marie Françoise Laborde, *Architecture industrielle. Paris & environs*, Paris, Ed. Parigramme, 1988, 11.

¹⁶ Cfr. Jean-Yves Andrieux, *Le patrimoine industrielle*, col. Que sais-je?, Paris, PUF, 1992, p. 7.

¹⁷ J.-Y. Andrieux, *op. cit.*, p. 123-131.

¹⁸ O assunto tem vindo a ser ultimamente estudado por Paulo Oliveira Ramos, no âmbito da sua dissertação de Doutoramento. Relativamente à França, ver outros exemplos dos referidos conflitos, referenciados por Gérard Monnier, «Un patrimoine controversé: les édifices du XX^e siècle», J.-Y. Andrieux, *op. cit.*, p. 123-124.

¹⁹ Frédéric Seitz, «Architectes et patrimoine», J.-Y. Andrieux, *op. cit.*, p. 166.

²⁰ Ver, sobre o assunto, a obra de Andrew Plumridge Wim Meulenkamp, *La brique. Architecture et design* (trad. do inglês), Paris, Anthèse, 1993.

²¹ Ver «Industrial Architecture», *Encyclopaedia Britannica. A New Survey of Knowledge*, vol. 12, Londres, s. d., p. 288-290; Norman R. Ball, *Professional Engineering in*

Canada. 1887 to 1987, National Museum of Science and Technology, National Museums of Canadá, in cooperation with the Engineering Centennial, Board, 1987.

²² Daniel Sibony, «Le patrimoine. Un lieu d'être autrement», J. Le Goff (dir.), *op. cit.*, p. 34.

²³ Félix Benítez Lugo Y Gillén, *El Patrimonio Cultural Español (Aspectos jurídicos, administrativos y fiscales)*, Granada, ed. Gommars, 1988, p. XVI.

²⁴ Paul Berckmans, «Work and disciplin: Na interdisciplinary look at industrial architecture», G. Vanderhulst (ed.), *Industry, Man Landscape*, Bruxelas, The International Committee for the Conservation of the Industria Heritage, 1992, p. 69. Sobre arquitectura industrial ver também Adriaan Linters, *Industria. Architecture industrielle en Belgique*, Liège, Pierre Mardaga Éditeur, 1986, p. 69.

²⁵ Entre outros, ver os estudos seguintes, relativos a Lisboa e ao Porto, repectivamente: Nuno Teotónio Pereira e Irene Buarque, *Pátios e Vilas de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1995 e Nuno Teotónio Pereira, «Pátios de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada ao alojamento operário», *Análise Social*, vol. XXIX (127), 1994 (3º), p. 509-524; Manuel C. Teixeira, *Habitação popular na cidade oitocentista. As Ilhas do porto*. Pref. de Fernando Távora, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996.

²⁶ F. Seitz, *op. cit.*, p. 166.

²⁷ Vítor Matias Ferreira e Francesco Indovina (org.), *A cidade DA EXPO'98. Uma Reconversão na Frente Ribeirinha de Lisboa?* Lisboa, Editorial Bizâncio, 1999, p. 17-40.

²⁸ Vítor Matias Ferreira *et al.*, «Requalificação urbana ou reconversão urbanística?», V. M. Ferreira e F. Indovina (org.), *cit.*, p. 208.

BIBLIOGRAFIA

ANDRIEUX, Jean-Yves (1992), *Le patrimoine industriel*, col. Que sais-je? Paris, PUF.

ANDRIEUX, Jean-Yves (dir) (1998), *Patrimoine et société*, Presses Universitaire de Rennes.

BALL, Norman R. (1988), *Professional Engineering in Canada. 1887 to 1897*, National Museum of Science and Technology, National Museums of Canada, in coop. With the Engineering Centennial Board.

BERGERON, Louis e DOREL-FERRE, Garcia (1996), *Le Patrimoine industriel, un nouveau territoire*, Paris, Ed. Liris.

CAPDEVIELLE, Jacques (1986), *Le fétichisme du patrimoine. Essai sur un fondement de la classe moyenne*, Paris, Presses de la Fondation National des Sciences Politiques.

Dar futuro ao passado (1993), Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico/Galeria de Pintura do Rei D. Luís.

Direito do Património Cultural (1996), Lisboa, Instituto Nacional de Administração.

- FERREIRA, Vítor Matias e INDOVINA, Francesco (org.) (1999), *A cidade DA EXPO'98. Uma Reconversão na Frente Ribeirinha de Lisboa?*, Lisboa, Ed. Bizâncio.
- «Industrial architecture» (s.d.), *Encyclopaedia Britannica. A New Survey of Universal Knowledge*, vol. 12, Londres, p. 288-290.
- LABORDE, Marie Françoise (1998), *Architecture industrielle. Paris et Environs*. Paris, Ed. Parigramme.
- LAMY, Yvone (dir.) (1996), *L'alchimie du patrimoine. Discours et politiques*, Talence, Editions de la Maison des Sciences d'Aquitaine.
- LE GOFF, Jacques (dir.) (1998), *Patrimoine et passions identitaires. Entretiens du Patrimoine. Théâtre national de Chaillot. Paris 6, 7 et 8 janvier 1997*, Librerie Arthème Fayard/Caisse national des monuments historiques et des sites/Éditions du Patrimoine.
- LINTERS, Adriaan (1986), *Industria. Architecture industrielle en Belgique*, Bruxelas, Pierre Mardaga éditeur.
- LOSA, Arménio (s. d.), «A arquitectura e as novas fábricas», *1º Congresso Nacional de Arquitectura. Maio/Junho de 1948, promovido pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos com o patrocínio do Governo. Relatório da Comissão Executiva. Teses, conclusões e votos do Congresso*, Lisboa, p. 127-135.
- LUGO Y GUILLÉN, Félix Benítez (1988). *El Patrimonio Cultural Español (Aspectos jurídicos, administrativos y fiscales)*, Granada, Ed. Gomares.
- NORA, Pierre (dir.) (1994), *Science et conscience du Patrimoine. Entretiens du Patrimoine. Théâtre national de Chaillot, Paris, 28, 29 et 30 novembre 1994*.
- NUNES, Mário (1989), *Nos caminhos do Património*, Coimbra, GAAC/Livraria Minerva, vol. II.
- PEREIRA, Nuno Teotónio e BUARQUE, Irene (1995), *Prédios e vilas de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte.
- PLUMRIDGE, Andrew e MEULENKAMO (trad. o inglês) (1993), *La brique. Architecture et design*, Arcueil, Anthèse.
- RAMOS, Paulo Oliveira (1999), «Lisboa, Património e Identidade», *Discursos. Língua, Cultura e Sociedade*, III série, nº 1: *Regiões, Identidade*, Abril, 9, 231-239.
- ROCHE, Daniel (1998), *História das coisas banais. Nascimento do consumo nas sociedades tradicionais (séculos XVII-XIX)*, (trad. do francês), Lisboa, Teorema.
- SADORGE, Jean-Luc (1996), *Quand le patrimoine fait vivre les territoires*, Paris, Centre National de la Fonction Publique Territoriale.
- TEIXEIRA, Manuel (1996), *Habitação popular na cidade oitocentista. As ilhas do Porto*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica.
- VANDERHULST, Guido (Ed.) (1992), *Industruy, Man and Landscape*, Bruxelas, The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage.
- WALSH, Kevin (1992), *The Preservation of the Past. Museums and Heritage in the Post-Modern World*, Londres e Nova Iorque, Routledge.